

PARECER JURÍDICO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE EMISSÃO DE DISPOSITIVO PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL TIPO A1 E A3, PESSOA FÍSICA (CPF) E PESSOA JURÍDICA (CNPJ) COM FORNECIMENTO, VALIDAÇÃO, EMISSÃO E GARANTIA DE CERTIFICADO DIGITAL HOMOLOGADO PELA ICP-BRASIL, A SER ARMAZENADO E PROTEGIDO POR SENHA EM CARTÃO CHIP + LEITORA CIRTOGRÁFICA, COM VALIDADE DE 01 (UM) A 03 (TRÊS) ANOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 101/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001.0010934/2023

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA. ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93. VIABILIDADE JURIDICA DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

1. RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**, motivado pela necessidade de análise jurídica sobre a viabilidade de solicitação de termo de certificado digital, através de Dispensa de Licitação, com fundamento Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

O objeto requisitado consiste na contratação de pessoa jurídica especializada nos serviços de emissão de dispositivo para certificação digital tipo A1 e A3, Pessoa Física (CPF) e pessoa jurídica (CNPJ) com fornecimento, validação, emissão e garantia de certificado digital homologado pela ICP-BRASIL, a ser armazenado e protegido por senha em cartão chip + leitora cirtográfica, com validade de 01 (um) a 03 (três) anos, para suprir as necessidades do setor de Recursos Humanos da Secretaria de Admnistração e Planejamento do município de Floriano-PI.

Na solicitação em comento é justificada como sendo de extrema necessidade, haja vista, garantir as necessidades da secretaria solicitante.

Devidamente instruído, o processo fora remetido a Assessoria Jurídica, para emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento, objetivando a contratação direta de pessoa jurídica para atender as necessidades da Secretaria de Administração e Planejamento.

Na oportunidade, antes de adentrar no mérito, cumpre-nos informar que, a análise das especificações dos materiais e os preços estimados do objeto a serem contratados, não se mostra tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico, motivo pelo qual, não será objeto de análise.

Em apertada síntese, é o que tem a relatar.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

Inicialmente cumpre observar que, o presente parecer destina-se a fazer uma análise da regularidade jurídico-formal da consulta formulada pela Presidente da CPL, cujo fundamento é o Parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Importante salientar também que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, bem como as relacionadas a conveniência e oportunidade do administrador.

Ademais, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na Lei nº 8.666/93 e na jurisprudência aplicável a matéria.

A par dessas considerações não é demais destacar que, a Constituição Federal estabelece que, a Administração Pública deve observar os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Desta feita, o procedimento administrativo em epígrafe formaliza as tratativas relacionadas à contratação de Pessoa Jurídica especializada nos serviços de emissão de dispositivo para certificação digital tipo A1 e A3, pessoa física (CPF) e pessoa jurídica (CNPJ) com fornecimento, validação, emissão e garantia de certificado digital homologado pela ICP-brasil, a ser armazenado e protegido por senha em cartão chip + leitora criptográfica, com validade de 01 (um) a 03 (três) anos, para suprir as necessidades do setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração e Planejamento do município de Floriano-PI, com fundamento no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, abaixo elencado:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Sendo assim, a dispensa abrange valores que correspondam até 10% do valor do limite para convite.

Acrescenta se ainda que o **DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018**, atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vejamos:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do **caput** do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

In casu, observa-se que o valor médio orçado da presente contratação R\$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais) está dentro do limite previsto no inciso II do art. 24 da LLC - Lei de Licitação e Contratos e atualização através do decreto nº 9.412/2018.

Ademais, é recomendado que nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação deve-se justificar o preço, conforme recomendado no art. 26 da Lei nº

8.666/1993. Nos processos de dispensa embasados no inciso II da Lei de Licitações, devem ser apresentadas no mínimo 3 (três) propostas válidas para justificar a compatibilidade do preço oferecido pelos fornecedores do mercado.

Sobre o tema, assim dispôs o Tribunal de Contas da União:

É obrigatório, nos processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade, a consulta dos preços correntes no mercado, dos fixados por órgão oficial competente ou, ainda, dos constantes em sistema de registro de preços. A ausência de pesquisa de preços configura descumprimento de exigência legal. (Acórdão 2380/2013- Plenário).

No presente Processo Administrativo foram apresentados/ colacionadas 03 (três) propostas, tendo como vencedora a empresa E & A CERTIFICADORA LTDA inscrita no CNPJ 27.134.040/0001-82 no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais); a primeira classificada a empresa R & H CONTABILIDADE FLORIANO LTDA inscrita no CNPJ: 033.651.230/0001-14 no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais); a segunda classificada a empresa AR ERA DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ 37.975.928/0001-00, no valor de R\$ 18,750 (dezoito mil e setecentos e cinquenta reais).

Apesar de o procedimento licitatório apresentar-se como regra do ordenamento jurídico brasileiro, há que se considerar que em determinadas hipóteses este complexo trâmite não está em consonância com o melhor interesse da Administração Pública. É o que ocorre no presente caso, tendo em vista a necessidade da continuidade do serviço público dos programas assistenciais promovidos pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**.

Conforme foi demonstrado no caso em tela, a necessidade da contratação é urgente, e deverá ser efetivada com máxima celeridade.

3. CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, diante da análise do caso em tela, **manifesta-se esta Assessoria Jurídica pela possibilidade de contratação através de Dispensa de Licitação nº 101/2023, Processo Administrativo nº 001.0010934/2023**, para contratação de pessoa jurídica especializada nos serviços de emissão de dispositivo para certificação digital tipo A1 e A3, Pessoa Física (CPF) e pessoa jurídica (CNPJ) com fornecimento, validação, emissão e garantia de certificado digital homologado pela ICP-BRASIL, ressalvada o juízo do mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros que excedem a competência da Assessoria Jurídica.

É o parecer. À elevada consideração superior.



Floriano - PI, 07 de novembro de 2023.

VITOR TABATINGA DO REGO LOPES
ASSESSOR JURÍDICO DA CPL/ PMF-PI
OAB PI° N °6.989